

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES: O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS ESTADOS

THE CONTRIBUTION OF THE INSTITUTIONS: THE IMPACT ON THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF STATES

Vladimir Pinto Coelho Feijó¹

RESUMO: estudo bibliográfico e analítico para demonstrar a importância da investigação e entendimento das relações que as instituições de um país com suas variáveis socioeconômicas. Para averiguar estas informações adotou-se como referência os apontamentos feitos por Douglass C. North, especialmente sob o prisma da Nova Economia Institucional. Será apresentada a teoria construtivista de Relações Internacionais como contrapeso ao modelo racionalista tradicional, e a importância que será dada às variáveis intangíveis da vida social humana ajudará a trazer luz aos tópicos trabalhados quando do estudo da importância das instituições, criadas pelos indivíduos para regular a si mesmos. Para os fatores relacionados ao processo das instituições, será resgatada a importância de uma das tendências evolutivas do Direito Internacional Público como destacado por Jorge Miranda e amplamente revisado por Valério de Oliveira Mazzuoli, a funcionalização. Destaca-se que o processo de institucionalização, nos países e no Sistema Internacional, tem por meta o desenvolvimento da estrutura humana, suas origens e possibilidades. Quanto a análise sobre quais benefícios podem ser auferidos por um país, do curto ao longo prazo, no aproveitamento eficiente de suas instituições, utiliza-se da Política Econômica Internacional para demonstrar como trazer a experiência de países mais desenvolvidos ao contexto interno de um Estado em desenvolvimento.

Palavras-chave: institucionalização; desenvolvimento socioeconômico; difusão cultural; nova economia internacional.

ABSTRACT: a bibliographic and analytical study to demonstrate the importance of the research and the understanding of the relations that the institutions of a country has on its socioeconomic variables. To ascertain this information, the references made by Douglass C. North, especially under the prism of the New Institutional Economy, were adopted. The Constructivist theory of International Relations will be presented as a



1 Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003), mestrado em Direito Público, área de concentração de Direito Internacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Atua principalmente nos seguintes temas: Democracia, Direito Constitucional, Separação dos Poderes, Organizações Internacionais, Integração Regional, Direito Internacional, Direito Comunitário, Política Internacional. Advogado desde dezembro de 2003. vladimir.pcf@gmail.com

counterweight to the traditional rationalist model, and the importance that will be given to the intangible variables of human social life will help to bring light to the topics studied when studying the importance of institutions created by individuals to regulate themselves. For the factors related to the institutional process, the importance of one of the evolutionary tendencies of The International Law, as highlighted by Jorge Miranda and widely reviewed by Valério de Oliveira Mazzuoli, the functionalization, will be rescued. It is emphasized that the process of institutionalization, in the countries and in the International System, has as its goal the development of the human structure, its origins and possibilities. Regarding the analysis of what benefits a country can enjoy, from the short to the long term, in the efficient use of its institutions, it uses the International Economic Policy to demonstrate how to bring the experience of more developed countries to the internal context of a development.

Key Words: institutionalization; socioeconomic development; cultural diffusion; new international economy.

INTRODUÇÃO

Para compreender o que são instituições, como elas participam da vida e do processo de evolução das sociedades, um dos fatores chave a ser avaliados neste trabalho é a evolução econômica das sociedades, adjunta aos fatores socioculturais que permeiam as principais características das vidas dos indivíduos de uma sociedade.

Ao criar um paralelo entre evolução econômica e as peculiaridades da vida social, pode-se derivar uma lógica que prevê as condições de existência daquela sociedade e seus principais aspectos existenciais, para assim tentar incrementar, de maneira produtiva, teorias para melhorar a qualidade de vida daquela sociedade, sem necessariamente ter de abrir mão dos aspectos individuais que permeiam sua cultura.

O objetivo deste trabalho é fazer uma coletânea eficiente ideias de autores de expoente internacionais sobre o tema. Para tanto, será apresentada a importância do desenvolvimento das instituições de um determinado país para que este possa se desenvolver socioeconomicamente. Para este fim, convém exemplos empíricos para relacionar as necessidades percebidas pelos Estados no mundo contemporâneo, e as relações que existem entre as variáveis correlacionadas e suas principais instituições.

Serão feitas análises entre teorias econômicas, especialmente porque a teoria econômica ortodoxa, por ter um foco voltado para fatores quantitativos, é criticada pela Nova Economia Institucional por não dar o devido valor às variáveis ligadas ao processo de desenvolvimento social, vitais para o entendimento das relações institucionais, podendo chegar a ser antagônica ao percebimento destas necessidades.

Ao fim, estes dados serão catalisados, em especial em referência a dois de seus aspectos chave: a importância do discurso nas construções políticas, relacionada a aspectos de confiança e legitimidade das ações dos governos, que será apresentada no prisma da teoria Construtivista, e à importância da tecnocracia para a construção de modelos sociais que tem como objetivo ser mais eficiente e prático possível.

Serão utilizados principalmente três métodos de pesquisa: O método compreensivo, o comparativo e o método funcional. O método compreensivo será apresentado para

que se possa compreender as regras de uma sociedade, é preciso entender em que elas se baseiam. Pode-se dizer que as instituições são o alicerce da ordem que existe em uma sociedade, e mesmo nos momentos em que elas agem somente como agente mediador, suas funções são sempre coesas em relação a um determinado ponto de referência, é dizer, as instituições não existem sem um sentido. E para entender melhor, portanto, buscar aprimorar seu comportamento, não se deve nunca perder de vista este sentido, ou seja, quais são os motivos das instituições de agir como agem e qual seu significado para a sociedade. Já a análise pelo método comparativo mostra-se necessária pelo levantamento do posicionamento de diferentes autores sobre instituições. A coletânea feita por estes autores dará ao conteúdo deste trabalho a legitimidade de se estudar fatos que possuem referência histórica, e não somente ideias. O Método Comparativo será utilizado primariamente para as ponderações e apontamentos das diferenças essenciais que existem entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Por fim, o método funcional é essencial para apresentar a instituição como um corpo. Através deste modelo, este trabalho se disporá a destrinchar as instituições, para que fiquem claras as suas funções e o porquê de cada uma delas ser, ou não ser vital para o bom funcionamento deste organismo.

1. A QUESTÃO ECONÔMICA E POLÍTICA

O Sistema Internacional reconheceu, após a Segunda Grande Guerra, a importância de migrar a análise de segurança como apenas as preocupações sobre as ameaças aos elementos constitutivos do Estado-nação para uma análise de segurança humana, atenta aos riscos à sustentabilidade da vida humana que necessita simultaneamente sobrevivência (*freedom from fear*), dignidade (*freedom from shame*), desenvolvimento (*freedom from want*) e sustentabilidade (*freedom from vulnerability*) (KHAGRAM et al., 2003). Muitas novas análises puderam ser tecidas após essa mudança de mentalidade.

A tentativa de produzir uma teoria que identifique as causas e a funcionalidade do fenômeno do desenvolvimento socioeconômico, mostra-se necessária ante ao desconforto gerado pelo assunto. No caso da teoria do desenvolvimento econômico podemos tentar extrair como referência de definição as lições de Celso Furtado, que afirma que ela

[...] trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social. (FURTADO, 1961, p. 19).

Com isso, pode ser dito que o desenvolvimento ocorre, em termos econômicos, quando há aumento de renda real, ou seja, elevação da quantidade de bens e serviços disponíveis em determinado período de tempo à uma também determinada coletividade. Fica claro que o desenvolvimento econômico é um processo histórico, donde espera-se que haja um constante aumento de produtividade ou da renda por habitante. Provavelmente ele virá acompanhado do acúmulo de capital assim como de avanços técnicos e científicos.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico, de um lado relacionado com o surgimento das nações e a formação dos estados nacionais

ou estados nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital, que ocorrem sob a coordenação das instituições e principalmente de mercados relativamente competitivos. O desenvolvimento é, portanto, um fenômeno relacionado com o surgimento das duas instituições fundamentais do novo sistema capitalista: o estado e os mercados. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.4).

Por sua vez, a ideia de desenvolvimento sustentável remonta apenas à Convenção de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (1972) e a Estratégia Mundial de Preservação (1980) (ADAMS, 2003). Ele representaria a habilidade de prover um espaço onde haja serias preocupações com as complexas relações entre as sociedades, suas economias e o meio ambiente, assim como as ligações entre o passado, o presente e o futuro.

1.1 ENTENDENDO O PROCESSO ECONÔMICO-SOCIAL

Para entender como o processo econômico afeta a evolução de uma sociedade optou-se, nesse trabalho, por ter como referência a categorização das variáveis a serem estudadas segundo Douglas C. North (2010): históricas, demográficas, econômicas e culturais, mas também as relativas ao acúmulo de conhecimento, da qualidade de seus indivíduos em diversos aspectos, e ainda do conhecimento das relações do homem com a natureza e sua evolução institucional. Ele destaca ainda que um dos enfoques que define os paradigmas da sociedade moderna é a importância dada aos diversos aspectos da vida social, de modo a torná-los inteligíveis e utilizá-los em um processo retroativo de desenvolvimento.

What is the deep underlying force driving the human endeavor - the source of the human intentionality that comes from consciousness? It is the ubiquitous effort of humans to render their environment intelligible - to reduce the uncertainties of that environment. (NORTH, 2010, p. 4)

Do estudo destes conhecimentos é possível criar teorias econômicas que conseguem de fato abranger o caráter multidisciplinar das relações de uma sociedade. Economia é uma ciência social, mas a maneira como os economistas têm construído suas pesquisas muitas vezes reflete uma preocupação com o que deveria ser ideal, deixando de lado a importância da adaptação de cada sociedade para uma ciência que se pressupõe universal. Esta negligência em reconhecer as diferenças inerentes a cada sociedade faz com que as teorias criadas sejam muitas vezes limitadas, sem conseguir abranger o contexto invariavelmente complexo e multidisciplinar que é o da existência das sociedades, e a diferença que existe entre elas. Caso os estudos na área insistam apenas com estudos de indicação de “pontos ótimos” eles serão mera descrição de uma sociedade, a ideal, quando muito, de um período histórico apenas.

1.2 CRÍTICA AO MODELO ECONÔMICO VIGENTE

Frank Knight, em seu livro “Incerteza do Risco e Lucro” (1972), afirmava que havia uma distinção clara entre incerteza e risco, sendo este mensurável e aquela sua contraparte não calculável que economistas devem evitar, tentando transformar ao máximo suas determinantes em variáveis tangíveis que poderão então ser calculadas na forma de risco.

Knight foi pioneiro e base de muitas teorias e modelos econômicos utilizados até hoje. Da maneira como havia sido articulado, formular teorias econômicas sobre a incerteza não era até então possível, segundo a interpretação de autores renomados como Kenneth Arrow (1951) e Robert Lucas (1981). Esta tendência de teóricos formularem teorias econômicas que pressupõem uma realidade ergódica, evitando variáveis intangíveis, ou matematicamente inconvenientes, por assim dizer, para criar modelos reguladores ocorre até hoje, mesmo nas instituições de mais alto renome.

Economists, typically, do not ask themselves about the structure that humans impose on themselves to order their environment, and therefore reduce uncertainty; nor are they typically concerned with the dynamic nature of the world in which we live, which continues to produce novel problems to be solved. (NORTH, 2010, p. 13-14)

Como será visto mais adiante, as instituições são instrumentos criados para regular a sociedade através da criação de regras. Tendo essa afirmação como verdade, tais regras devem ser seguidas pelos indivíduos e, por isso, pode-se dizer que as pessoas que participam ativamente de sua gênese de seu desenvolvimento, como empreendedores econômicos e políticos, estão regulando também suas próprias ações, ao desenvolverem estas instituições. "They will have as their source the underlying beliefs of those organizational entrepreneurs (political, social, and economic) [...]" (NORTH, 2010, p. 126).

Portanto, de onde vem a garantia de que o que está sendo feito irá de fato agregar valor ou eficiência à sociedade? As instituições, criadas por pessoas, estão tecnicamente sujeitas às mesmas limitações destas pessoas. Este é um dos principais pontos em que a teoria econômica ortodoxa difere da realidade ao lidar com aspectos fáticos da vida dos indivíduos: Uma teoria, para criar instrumentos de regulação da vida dos indivíduos deve sempre considerar as limitações destes indivíduos no contexto que vivem.

And indeed, some of the "simplifying" assumptions of economic theory - such as perfect information; zero transaction and enforcement costs; and automatic instantaneous and veridical updating of beliefs - undercut its ability to explain, for example, why Canada is fabulously wealthy while Zimbabwe is not. (WILKINSON, 2005, p. 173, tradução nossa)

Por esta razão ao longo da história da humanidade, e principalmente em seus últimos séculos, com o *boom* econômico vivido pelos países, foi sendo agregada a noção de desenvolvimento humano ao desenvolvimento econômico. A humanidade começou a perceber a importância de se agregar valor ao indivíduo, através da educação, saúde, especialização de mão de obra, chegando até a incorporar felicidade à lista de fatores responsáveis pelo desenvolvimento individual dos membros de uma sociedade.

Estudos na área da psicologia apontam para os efeitos da pobreza sobre as escolhas dos indivíduos dentro de uma sociedade classificada como pobre.

People living in poverty, especially in developing countries, have repeatedly been found to be more risk averse and more likely to discount future payoffs than wealthier individuals. For example, discount rates of poor U.S. households are substantially higher than those of rich households; likewise, studies of Ethiopian farm households and a South Indian sample find that lower wealth predicts substantially higher (behaviorally measured) discount rates. Wealthier households

or those with higher annual incomes also display lower levels of risk aversion in representative samples [...] the potential reverse causality problem—that low risk aversion may on average lead to higher incomes or wealth—is tackled by using windfall gains as an instrumental variable. (HAUSHOFER e FEHR, 2014, p. 862)

Naturalmente, sociedades mais desenvolvidas possuem mais instrumentos e capacidades para aplicar e reconhecer o valor destas variáveis. O processo de institucionalização favorece a difusão dos valores que geram melhores benefícios e contribuem para as transformações consideradas positivas na sociedade.

At the institutional level, recent meta-analyses of school-based interventions targeting social-emotional learning processes and delivered by teachers in elementary, middle, and high schools clearly document their positive impact on low-income children's social-behavioral problems and psychological distress [...] (BEARDSLEE et al 2012. p. 277)

Alguns padrões fixados nos Estados Desenvolvidos chegam, inclusive, a tornar-se mandatórias para regular as práticas comerciais entre os países, como por exemplo é o caso das normas trabalhistas impostas sobre a China para sua entrada na OMC.

1.3 A IMPORTÂNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL

O Direito Internacional é um dos instrumentos mais importantes para que haja transbordamento de conhecimentos técnicos entre diferentes Estados e, por consequência, as diferentes nações. Em um mundo onde existem grandes diferenças socioeconômicas entre os países, podendo um país ser mais de 10.000 vezes mais rico que outros, este transbordamento pode ser considerado um instrumento vital para a aceleração do crescimento dos países subdesenvolvidos. Uma das tendências evolutivas do Direito Internacional segundo Jorge Miranda (2012) é a funcionalização.

Primeiro porque o Direito Internacional passa a extravasar cada vez mais o âmbito das meras relações externas entre os Estados e penetra, cada vez mais, em quaisquer matérias relativas tanto ao Direito interno como ao próprio contexto das relações internacionais. [...]. Em segundo lugar, essa funcionalização acompanha a criação de organismos internacionais capazes de permitir essa solução, uma espécie de ministérios internacionais que fazem o complemento dos ministérios nacionais. (MAZZUOLI, 2013, p.68-69).

Por esta razão podemos afirmar que o transbordamento de conhecimentos técnicos, tão importante para o desenvolvimento da institucionalização, encontra no Direito uma de suas principais formas de codificação, especialmente pelo caráter técnico/formal que se espera das ciências jurídicas mesmo em países de alto contexto, ou seja, países com alta taxa de informalidade das relações sociais. A codificação de teorias e fatos científicos é um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento intelectual criado pelo homem. Estas codificações nos permitem avançar sobre o conhecimento acumulado adquirido no passado, o que é repassado para as instituições, para que elas “obriguem” os seres humanos a viver sobre este conhecimento adquirido.

The institutional structure reflects the accumulated beliefs of the society over time, and change in the institutional framework is usually an incremental process reflecting the constraints that the past imposes on the present and the future. (NORTH, 2010, p.48-49, tradução nossa)

Como o conhecimento humano e o modo como são fabricadas as teorias científicas são, na maioria das vezes, cumulativas, pode-se dizer que o Direito Internacional possui um conjunto extremamente refinado de ideais universalmente aceitos, sendo de alguma maneira funcionais para a raça humana. Em especial pelo caráter voluntarista desse direito, que é majoritariamente criado por acordos livres entre os Estados e nações que assim desejarem. É criado também a partir de um debate amplo sobre o tema antes que o texto de um tratado seja formalmente adotado e assinado.

Se houve existem teorias econômicas vigentes que muitas vezes se encontram restritas a uma determinada sociedade, grupo ou período de tempo, poderiam estas se valer dos elementos e características do Direito Internacional, que, ao respeitar as diferenças fundamentais que existem entre as sociedades, se focam nos aspectos universais, inerentes à condição humana. Já foi exposto que as teorias econômicas que possam ambicionar produção de lei em sua área de saber, conhecimento universalizante, deveriam conter em sua formulação o debate entre pessoas oriundas de diversos *backgrounds* ou então fazer análise comparativa entre diversos mercados nacionais antes de produzir qualquer conclusão que alegasse essa universalidade.

Na área do direito afirma Jorge Miranda (2012) ser possível uma ampliação do Direito Internacional que não implicasse necessariamente na perda de qualidade de conteúdo. “Será de presumir que o Direito Internacional virá a evoluir rumo ao reforço dos elementos de institucionalização, ainda que sem desaparecerem muitas das suas características tradicionais.” (MIRANDA, 2012, p. 32).

Para destacar os efeitos do desenvolvimento institucional, serão estudados, no capítulo seguinte, os efeitos práticos que as instituições podem surtir nos diversos estratos da vida social, desde as mais formais, ligadas às estruturas oficiais presentes para regular a vida dos indivíduos, até as camadas mais “plácidas” da vida social, como por exemplo a vida cotidiana dos próprios indivíduos, seus modos de produção, cultura, economia, até mesmo suas vidas pessoais etc.

1.4 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A Nova Economia Institucional (NEI) é uma escola de interpretação das relações econômicas e sociais que tem sua origem em dois artigos criados por Ronald Coase: “*The Nature of the Firm*” (1937) e “O Problema do Custo Social” (2009). Sem regras padronizadas, cuja característica principal é a consideração por produção de critérios e quadros metodológicos que integrem tanto eficiência, quanto distribuição e externalidades. ANEI busca abranger aspectos tangentes às características mais amplas das relações econômico-sociais, podendo ser extremamente relevante na análise de economias periféricas, devido à preocupação com os aspectos causais não isolados que compõem a vida econômica de cada região, país ou bloco. É dizer, diferentemente do modelo clássico de produção de teorias econômicas, a NEI não se limita a isolar possíveis quadros relevantes em relação à realidade existencial das regiões foco de seus estudos.

Atualmente seu maior expoente é Douglass North, e o tema principal de seus estudos consiste em apresentar relações coerentes entre instituições e sociedades. Os estudiosos que fazem pesquisas sob os parâmetros estabelecidos pela NEI seguem, em

sua maioria, os estudos de North (2010) sobre a complexidade das relações sociais, que é necessariamente permeada e demarcada pela existência e desenvolvimento de suas instituições. Basicamente, instituições funcionam como “a regra do jogo”, consistindo tanto em regras formais legais quanto as normas informais sociais que governam o comportamento individual e estruturam interações sociais (quadros institucionais).

Como então a NEI pode ajudar os estudiosos das relações sociais a entenderem melhor o impacto das variáveis econômicas sobre as sociedades? Para poder produzir regras e normas que afetem estas sociedades, moldem instituições e finalmente alterem o comportamento dos indivíduos para o que o criador de políticas considera adequado, é preciso entender os incentivos por trás do comportamento humano, tanto no referente aos seus valores prévios, quanto da possibilidade da aceitação de novas normas a reger seu comportamento.

Para tanto é necessário explorar a mente humana de maneira muito mais profunda, para entender como o indivíduo interage de fato com o universo cultural que existe ao seu redor. Um dos trunfos da NEI é justamente não abrir mão destes aspectos tão essenciais, levando em consideração, em primeiro lugar, o sistema de crenças daqueles indivíduos, que permitiram que a atual conjuntura econômica fosse aceita, e como esta molda a sociedade, para prepará-la ainda para possíveis mudanças futuras.

The new institutional economics, focusing as it does on the incentive structure humans construct, should provide a much deeper understanding than we currently possess of the complex interlinks involved in the interdependent economic, political, and social world we have constructed. Formal (neo-classical) economic theory ignores this structure and therefore is of limited value for coming to grips with these issues. (NORTH, 2010, pp. 83-84)

Outro aspecto importante da NEI é a capacidade inerente de sua premissa não ergódica de estar sempre disposta a resolver novos problemas e traçar novos perfis constantemente, para poder resolver novos problemas que virão a surgir. Levando em conta a natureza não linear e o contínuo desenvolvimento e aumento da complexidade das interações humanas, assim como sua interdependência, sempre presente desde o advento das primeiras formas de economia.

A NEI tem como uma de suas teses centrais, a premissa de que existe uma corrente constante de problemas a serem resolvidos, pois, na medida que as sociedades resolvem problemas, novos problemas deverão surgir, ou se tornar a nova prioridade dos criadores de políticas, e é desta forma que a natureza humana retroalimenta seu próprio desenvolvimento. A NEI é então, por seu caráter abrangente, um instrumento ideal para pesquisadores que desejam compreender o sistema econômico-político como algo derivado das relações humanas, suas construções e interesses que pode, portanto, analisar de maneira mais profunda a possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos e suas sociedades.

2. APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO

As ideias construídas nesse trabalho partem do estudo das instituições. Diversos ramos da ciência debruçaram-se com esforços em definir instituição. Os estudos que no passado ficaram fechados em cada ramo da ciência ou em cada departamento tem

migrado para equipes multidisciplinares das ciências sociais. Algum destaque pode ser dado ao que ocorre nas universidades dos Estados Unidos da América (EUA), onde esse tipo de equipe tem produzindo um debate amplo entre cientistas políticos e economistas. Desses debates, seleciona-se como exemplo as ideias sintetizadas nas palavras de Hodson (2003)

Institutions are durable systems of established and embedded social rules that structure social interactions. Language, Money, systems of weights and measures, table manners, firms (and other organizations) are all institutions. In part, the durability of institutions stems from the fact that they can usefully create stable expectations of the behavior of others. Generally institutions enable ordered thought, expectation and action, by imposing form and consistency on human activities. They depend upon the thoughts and activities of individuals but are not reducible to them. (HODSON, 2003)

Tal concepção das instituições pode ser chamada de *lato sensu*. Nas Relações Internacionais, assim como no Direito Internacional, vive-se uma tendência à objetivação (MIRANDA 2012, p. 32). Isso significa que as instituições tendem a ser construídas em torno de temáticas, criando aquilo que chamamos de regimes impositivos globais. Regimes seriam acordos multilaterais entre Estados que visam regular a ação nacional em determinado tema. Regimes definiriam o raio de ação admissível ao Estado por delinear injunções explícitas. (YOUNG, 2013, p. 55)

Tendo isso sido posto outras perguntas podem ser feitas e respondidas.

2.1 COMO FUNCIONA O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A manutenção da ordem sobre longos períodos de tempo depende da existência de instituições impessoais, que sejam capazes de regular e constranger os movimentos dos jogadores, de modo a limitar e aprimorar o processo de criação de novas normas e políticas. Essas mesmas regras também possibilitam o rápido estabelecimento de conjuntos normas que permitem que as sociedades se mantenham organizadas. Sociedades que se destacaram em sua história de institucionalização, como por exemplo, a americana, devem muito ao modo como este processo foi feito, levando em conta as necessidades do povo americano, e o respeito a como estas necessidades foram mudando e se adaptando ao longo do tempo.

Novos grupos de interesse foram surgindo durante as drásticas mudanças ocorridas no território dos EUA desde o momento de sua independência da Inglaterra, e os governos subsequentes naquele território tiveram um papel fundamental em adaptar o país ao novo status de suas classes sociais. Tendo feito seu trabalho de maneira eficiente, o país conseguiu então maximizar seus benefícios e se manter sempre à frente da curva econômica, com um sólido alicerce político e normativo, moldado exclusivamente para a sociedade americana.

Over the past three-and-a-half centuries the United States (as it now is) has maintained a system of order with economic change including rapid recovery from a revolution gaining independence from England and from one of the most devastating civil wars in history. Moreover, the economic growth that has occurred over this period has radically altered the incomes and status of groups in the society. (NORTH, 2010, p.107)

North (1990) apresenta o conceito de “eficiência adaptativa” para justificar a capacidade de alguns criadores de política, de perceber os problemas pertinentes às características particulares de uma sociedade, para então formular soluções de problemas que sejam adequados para aquela realidade específica. Trata-se de um processo retroativo de reciclagem de cultura, que não necessariamente muda as particularidades de uma sociedade, mas sim trabalha seus problemas existentes dentro dos moldes que tenham sido determinados aos parâmetros de seus grupos sociais, com respeito à sua cultura e seus indivíduos. Para tanto, é necessário que a população, isto é, os indivíduos daquela sociedade, sigam algumas proposições que permitam que eles não sintam que seus direitos ou suas crenças estejam sendo violados quando da mudança institucional nas sociedades.

Na mesma obra o autor delimita quatro destas proposições: i) primeiro que a governança de qualquer sociedade há de ser legítima, e que as crenças dos indivíduos devem impor limites sobre as autoridades políticas, ou seja, os indivíduos não querem, e não acreditam em ser explorados, logo, as normas criadas pelo sistema político devem ser auto restritivas, para que não haja exploração por parte destas autoridades sobre as pessoas que confiam as capacidades destas autoridades à elas; ii) segundo, que constituições bem sucedidas devem ter codificados os direitos civis, limitando a autoridade da governança sobre os indivíduos da maneira como estes considerem adequado; iii) a terceira proposição destaca que direitos pessoais e de propriedade devem ser muito bem delimitados, para que não haja dúvidas que estes direitos não estejam sendo transgredidos; iv) por último que o Estado, por todas as normas que deve seguir, deve aos indivíduos a credibilidade do comprometimento de que irá cumprir e respeitar estas regras, provendo proteção aos indivíduos contra possíveis oportunismos e expropriações por autoridades públicas (NORTH, 2010)

Então, como a institucionalização se encaixa na criação destas proposições e como é ela que faz com que estas regras sejam aplicadas na sociedade? A própria existência da instituição é tanto a fonte quanto o resultado da vontade dos indivíduos de seguir regras. A instituição é a manifestação formal da vontade da sociedade, intercalada com a ordem subjacente que a faz funcionar. A Constituição de um Estado, por exemplo, é uma instituição que regula a ação tanto das autoridades políticas quanto dos indivíduos. A existência de um conjunto de normas deterrentes do comportamento das autoridades formam uma regra formal, baseada no desejo informal dos indivíduos de ter seus direitos respeitados, como membros participantes de uma sociedade, a todo momento. A vontade da sociedade cria instituições informais, que se traduzem, ainda que subjetivamente, nas instituições formais e codificadas, para regular o comportamento da sociedade, na busca pelo autodesenvolvimento, sempre presente na natureza humana.

2.2 O EXEMPLO DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Quando existe consistência entre o quadro institucional de uma sociedade e a vontade dos indivíduos participantes, e quando estes indivíduos compreendem o ambiente em que vivem, é possível criar um caminho para que aquele grupo possa, ao longo do tempo, direcionar sua própria estrutura, através de suas instituições, para o caminho e o destino desejados. Segundo North (2010), o mundo ocidental

desenvolvido, que é a referência que caracteriza as economias desenvolvidas de hoje em dia, possui uma miríade de exemplos de sucesso em determinar o que é melhor para as pessoas que fazem parte daquele grupo, além de uma ampla história que pode ser estudada para que estas experiências possam ser reaproveitadas por outros países ou grupos interessados. O conforto, saúde, economia e produtividade vividos hoje pelos membros destes países são excelentes exemplos de como a congruência entre os interesses dos indivíduos e a resultante institucional podem gerar benefícios para os seres humanos, e como estes benefícios podem crescer de forma exponencial, especialmente se tomarmos como referência as mudanças ocorridas nos últimos 300 anos.

The Western world evolved from a single world of personal exchange to the complex interdependent world that characterizes the developed economies today. Economic historians have typically described it in terms of growth in the size of markets until today we glibly talk about a global economy. (NORTH, 2010, p.120)

Porém, de onde vem o impulso do mundo desenvolvido ocidental que permitiu que ele se destacasse em relação a suas contrapartes? Em seu livro “A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo” (1958), Max Weber destaca a importância da passagem da ética trabalhista vigente para a incorporada no Protestantismo, especialmente no Calvinismo, cujos valores de austeridade, incentivo ao trabalho e acúmulo de recursos, entre outros valores relacionados à performance econômica do indivíduo permitiram e facilitaram o advento do capitalismo como o novo modelo econômico. North (2010) afirma que o estudo causal da relação entre cultura, valores e crescimento econômico é de fato um estudo interessante, no sentido que é possível criar associações históricas entre os referidos momentos de interesse, quando estes se caracterizaram por mudanças no *status quo* do “estado social” destas sociedades. No entanto, quando tratamos de sociedades que teoricamente deveriam pertencer ao mesmo universo - notadamente países vizinhos do mundo ocidental desenvolvido - surge o debate da comparação entre diferentes sociedades, em se tratando de aspectos em que algumas delas prosperaram onde outras não conseguiram.

A comparação entre os países da Europa Ocidental, segundo North (2010), nos leva a acreditar que governos e economias altamente centralizados teriam falhado onde governos com economias descentralizadas proveriam melhores oportunidades para o crescimento econômico, porém, a comparação entre estes dois modelos recai inevitavelmente nos vícios intangíveis da probabilidade dos fatos sociais: Se governos e economias descentralizadas têm maior probabilidade de ser bem-sucedidas, isso significa que sempre serão? O autor argumenta que provavelmente, mas não necessariamente: a chave para resolver este dilema está na variedade de possibilidades produzidas quando o paradigma econômico é o de risco e variação. Em um universo onde há um grande número de tentativas de diversos indivíduos que estão tentando criar modelos econômicos bem-sucedidos, há uma alta chance que isto ocorra, e além do mais, mesmo as experiências falhas têm algo a acrescentar: Experiências relativamente falhas acrescentam algo ao rol de conhecimento de uma determinada cultura, e permitem, subsequentemente, o aumento da probabilidade de sucesso futuro.

The last point deserves special emphasis. It was the dynamic consequences of the competition among fragmented political bodies that resulted in an especially creative environment. Europe was politically fragmented; but it had both a common

belief structure derived from Christendom and information and transportation connections that resulted in scientific, technological, and artistic developments in one part spreading rapidly throughout Europe. (NORTH, 2010, p.138)

Para ilustrar seu exemplo, o autor destaca o sucesso econômico vivido especialmente pela Inglaterra e pelos Países Baixos, mas não deixa de considerar que outros Estados não tão bem-sucedidos também tiveram contribuições importantes, que viriam inclusive a determinar o tom do que viriam a ser os avanços tecnológicos dos séculos seguintes

Italian city states, Portugal, and Germanic states all fell behind the Netherlands and England; but banking, artistic development, improvements in navigation, and printing were just a few of the obvious contributions that the former states made to European advancement. (NORTH, 2010, p.139-140)

Max Weber (1958) já chamava atenção para o espírito capitalista norte-americano, desde antes do séc. XX, e como parte deste espírito se manifestava justamente pela tentativa, pela vontade de crescer que impulsionava o povo americano a tentar coisas novas e aprender com os frutos de suas inovações, fossem eles bem sucedidos ou não: “That it is the spirit of capitalism which here speaks in characteristic fashion, no one will doubt, however little we may wish to claim that everything which could be understood as pertaining to that spirit is contained in it.” (WEBER, Max, 1958, p.20).

2.3 AS BARREIRAS SOCIOCULTURAIS

O que diferencia a realidade econômica vivida pelos países desenvolvidos, e daqueles considerados subdesenvolvidos, ou de terceiro mundo? Se existe alguma diferença relacionada à dificuldade de criação de modelos econômicos, depois que estes modelos foram de fato criados, aceitos e incorporados nos países desenvolvidos - e estes pagaram um alto custo para obtê-los - onde está então a dificuldade dos países subdesenvolvidos de simplesmente incorporar estes modelos? Por que não utilizar uma estratégia de “late mover” para auferir todos os benefícios de um modelo bem-sucedido sem ter que pagar os custos iniciais? Segundo North (2010), mesmo quando existe a possibilidade de se entender um modelo econômico adotado em um país diferente, sua incorporação é um processo muito mais complicado, e depende de fatores muito mais amplos.

Em especial North (2010) chama atenção para a inter-relação que existe entre demografia, estoque de conhecimento dos indivíduos e as instituições ligadas à cultura destas sociedades, todos estes considerados como elementos criados ao longo de sua história, e responsáveis pelo que a sociedade é, a qualquer momento de sua existência: “[...] although the long shadow of the past plays an important role in influencing the present[...].” (NORTH, 2010, p. 95-96).

Na realidade, poderia ser argumentado que ao longo da história o padrão de vida das populações ao redor do mundo se manteve relativamente homogêneo por milênios - se comparado com os padrões atuais - tendo a grande discrepância entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvido vista na era contemporânea somente se tornado evidente do séc. XX em diante. Economistas têm tentado explicar, desde o

advento da percepção do contraste destes dois mundos, o porquê de as economias em desenvolvimento continuarem falhando onde as economias desenvolvidas prosperaram, apesar do *know-how* que teoricamente já deveria ter alcançado aqueles Estados, e iniciado um processo de desenvolvimento pelo menos semelhante ao de suas contrapartes desenvolvidas.

North (2010) destaca a importância dos fatores culturais, e da capacidade dos indivíduos destes países de incorporarem valores capitalistas, quando suas próprias crenças e valores são muitas vezes contraditórios às intenções do modelo capitalista. Ou seja, apesar da melhor intenção das lideranças econômicas e políticas destes países, ou daqueles indivíduos que possuem uma cultura própria que seria capaz de incorporar estes valores, o quadro institucional destes países será necessariamente um que refletirá todo o conjunto de valores da população, visto que ele é um reflexo dela própria e de seus interesses.

2.3.1 A dificuldade dos países em desenvolvimento

Se já existem teorias econômicas capazes de explicar os modelos mais eficientes de economia, suas normas e costumes, pontos fracos e fortes, por que então, são encontradas tantas dificuldades ao se tentar desenvolver esta mesma cultura econômica em países de terceiro mundo? Por que estes países falham onde teoricamente não deveriam falhar, criam novas regras e leis que os prejudicariam ainda mais, como protecionismos mal aplicados, políticas de alto custo no longo prazo etc.? Onde está a dificuldade destes países de seguirem à risca os modelos dos países que já se desenvolveram, os países que já provaram que sua cultura econômica foi e continua de fato sendo bem-sucedida?

Novamente toma-se referência a concepção de North (2010), que expõe que toda a atividade humana organizada ocasiona uma estrutura para delimitar “as regras do jogo” e que: “That structure is made of institutions-formal rules, informal norms and their enforcement characteristics.” (NORTH, 2010, p.48). A dificuldade dos países subdesenvolvidos se encontra muitas vezes não só nas suas instituições formais, como por exemplo, as leis do país relacionadas à ética trabalhista e profissional, mas nos outros dois aspectos de sua estrutura, como as normas informais, muito mais relacionadas à relação entre particulares, e à aplicabilidade das normas formais, especialmente onde esta encontra dificuldades. É dizer, segundo a caracterização de North (2010), o mercado de um país subdesenvolvido que possui sérias dificuldades de encontrar profissionais com uma ética profissional e capacidade de produção semelhante à de trabalhadores de países desenvolvidos não conseguirá fazê-lo somente mudando suas normas formais.

While the formal rules a society puts in place will reflect this heritage, the informal constraints embodied in norms of behavior, conventions, and self-imposed codes of conduct are the most important “carrier” of the artifactual structure. Formal rules can be changed overnight (by a revolution for example); informal constraints change much more slowly and play a critical role in the evolution of politics. (NORTH, 2010, p. 51)

Normas informais serão, portanto, essenciais para determinar o comportamento dos indivíduos de uma sociedade, e conseqüentemente refletirão dados importantes

sobre sua postura política e econômica. O desenvolvimento do processo institucional de um país está muitas vezes ligado à possibilidade de se estudar e tentar trabalhar sobre as falhas inerentes a seus modelos econômicos e políticos, e por esta razão, o mapeamento do desenvolvimento de países de terceiro mundo se torna ainda mais complexo, não só pela ineficiência de suas normas formais, mas também pelo impacto causado pela deficiência informal que caracteriza o comportamento de seus indivíduos. "It is more difficult to model the political process in third world countries where corruption, bribery, and Mafia-like extortion tend to be the order of the day." (NORTH, 2010, pp. 55-56).

Portanto, a dificuldade dos países subdesenvolvidos se encontra justamente em seus valores culturais, que muitas vezes se colocam como barreiras entre a realidade atual e a busca pelo desenvolvimento socioeconômico. Adaptação de cultura é um processo que leva muitos anos, e é essencial para a incorporação de novos valores. Não é só porque um determinado *mindset* social – como por exemplo o dos países desenvolvidos – é mais produtivo, que os países subdesenvolvidos conseguirão aplicar seus paradigmas simplesmente através da imposição de normas formais. É necessário que haja uma preparação gradual da cultura dos indivíduos para que esta se torne compatível com novos modelos pré-determinados, e os governos devem ter isso em mente ao tentar formular novas políticas econômicas, ou dificilmente conseguirão atingir os resultados desejados em tempo hábil.

A conclusão que podemos tirar é que o modelo econômico atual dos países desenvolvidos, por mais atraente que possa parecer superficialmente, é de alguma forma incompatível com estas culturas, exigindo que haja adaptação de um ou de outro para que possa haver uma conexão adequada entre eles. Organizações Internacionais como a OMC tentam agir como elemento de catalisação destes elementos de culturas e economias, porém, enquanto estas adaptações não ocorrerem de fato, modelos econômicos desenvolvidos e culturas econômicas subdesenvolvidas se manterão incompatíveis, fadados a gerar sempre novos problemas, ignorando assim o benefício de se cortar os ônus de transação cultural pelo qual já passaram os países desenvolvidos.

The inability of the third world to exploit the promise of modern technology is in startling contrast to the developed world and reflects an institutional framework and underlying beliefs that prevent the development of impersonal exchange and the consequent productivity developments. (NORTH, 2010, pp. 93-94)

O estudo das transformações dos mercados nacionais, das sociedades nacionais e das escolhas dos Estados a partir das instituições no cenário internacional é melhor explicado por teorias de Relações Internacionais.

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como toda teoria é uma visão resumida a respeito de um objeto específico de estudo, a de Relações Internacionais toma para si a responsabilidade de analisar os principais fenômenos do ambiente de interdependência entre os Estados-nações fazendo o devido recorte de quais variáveis merecem maior atenção. O debate inicial dessa área focou nas variáveis consideradas como as responsáveis pela guerra e pela paz. Entretanto, esse tipo de estudo foi substituído por outras análises que passaram

também a considerar variáveis de outros atores e de áreas que não somente o planejamento estratégico da guerra ou acordos de paz.

3.1 O CONSTRUTIVISMO

Como o tópico principal deste trabalho não é puramente teoria econômica, mas sim como e por que são criadas as instituições, e o efeito destas para o desenvolvimento dos Estados e sociedades, será reiterada a importância da moldura social para o desenvolvimento destas instituições. O modelo construtivista será utilizado como parâmetro e como crítica ao caráter técnico muitas vezes presumido pelas teorias racionalistas sobre os incentivos humanos, sendo estes utilizados para criar normas e instituições usadas para regular e constranger sua própria conduta. Em última instância, o Construtivismo será usado como instrumento de legitimação da importância das relações sociais e culturais para a criação destas instituições.

Constructivism is not a theory, but rather an ontology. A set of assumptions about the world and human motivation and agency. Its counterpart is not Realism, Institutionalism, or Liberalism, but rather Rationalism. By challenging the rationalist framework that undergirds many theories of international relations, Constructivists create constructivist alternatives in each of these families of theories. (SLAUGHTER, 2011, p. 19)

O construtivismo, alicerçado na premissa que o universo social construído pelos indivíduos é um reflexo de suas ideias, crenças e valores, deseja enfatizar os aspectos intersubjetivos das relações humanas. Ao determinar a estrutura como um elemento causal, os Construtivistas se separam da classificação de estrutura como algo material, como é colocado pelos racionalistas. Isto significa que ao invés de tentar isolar elementos estruturais nos modelos criados pelos indivíduos, os Construtivistas enfatizam seu caráter retroativo, em que o que define os indivíduos também define suas estruturas, e não só isso: assim como ideais considerados falhos ou insuficientes podem ser mudados no contexto social, também a estrutura pode ser modificada, e assim o será, ao acompanhar a mudança de valores dos próprios indivíduos.

[...] ideational structures and actors ('agents') co-constitute and co-determine each other. Structures constitute actors in terms of their interests and identities, but structures are also produced, reproduced, and altered by the discursive practices of agents. This element allows constructivists to challenge the determinacy of neorealism. Structures are not reified objects that actors can do nothing about, but to which they must respond. (COPELAND, 2006, p. 29-30)

Segundo Copeland (2006), é crucial que haja o reconhecimento que a realidade e a estrutura dos atores a qualquer momento é não só contingente, como historicamente construída. O Construtivismo não perde ou não desconsidera, devido a seu caráter ideacional, o elemento causal das estruturas sociais, ao contrário, reitera que se a construção humana a qualquer momento é o reflexo de ação e causalidade, estas serão também necessárias para exercer qualquer tipo de mudança no *status quo* social, ou seja, qualquer alteração da estrutura. O autor prossegue afirmando que, embora exista uma grande dificuldade de se alterar fragmentos da estrutura que estejam fortemente enraizadas, estas alterações são possíveis, ainda que vagarosamente, através de atos de vontade, e com a mobilização social adequada.

The neorealist presumption that there are universal laws of international politics that work across space and time, driven by the given reality of structure, must therefore be discarded or at least highly qualified. (COPELAND, 2006, p. 29-30)

O Construtivismo em sua forma contemporânea, especialmente baseada nas contribuições de Alexander Wendt (1995), se encaixa muito bem na base da construção institucional deste trabalho. Embora a teoria receba críticas, especialmente em seu embate com os neorrealistas, estas estão principalmente focadas nos aspectos relacionados à segurança, e sobre a possibilidade de beligerância de outros Estados. Porém, sua contribuição para o melhor entendimento da criação institucional - que é o foco deste trabalho - como um reflexo do comportamento social, é muito bem vista no meio acadêmico, até mesmo por autores críticos de seu modelo construtivista como Andreas Behnke (1998), Maja Zehfuss (2001), Brian Campbell (1998) e outros.

Embora o Construtivismo possua uma base argumentativa forte, altamente reconhecida dentre as teorias de relações internacionais, e capaz de explicar o modelo de construção da estrutura que interessa esta pesquisa, fica faltando a conexão desta estrutura com a criação de instituições que instigarão o desenvolvimento econômico e social de economias domésticas e internacionais. Por não ser um dos tópicos principais da discussão construtivista, a responsabilidade de catalisar estes dois temas recairá, portanto, sobre a PEI, apresentada mais adiante. Por agora, é necessário destacar pontos sobre a institucionalização na área temática em análise.

3.2 A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Organizações Internacionais como a OMC, voltadas para o desenvolvimento mútuo dos Estados, são de extrema importância no novo paradigma das relações internacionais, destacando não somente a grande diferença estrutural que existe entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como também mostrando a importância da presença destes, se aqueles desejam formar um modelo internacional de comércio integrado.

The WTO agreements are lengthy and complex because they are legal texts covering a wide range of activities. But a number of simple, fundamental principles run throughout all of these documents. These principles are the foundation of the multilateral trading system.

Non-discrimination - A country should not discriminate between its trading partners and it should not discriminate between its own and foreign products, services or nationals.

More open - Lowering trade barriers is one of the most obvious ways of encouraging trade [...]

Predictable and transparent - [...] With stability and predictability, investment is encouraged, jobs are created and consumers can fully enjoy the benefits of competition - choice and lower prices.

More competitive - Discouraging 'unfair' practices, such as export subsidies and dumping products at below cost to gain market share [...]

More beneficial for less developed countries - Giving them more time to adjust, greater flexibility and special privileges; over three-quarters of WTO members are developing countries and countries in transition to market economies. The WTO agreements give them transition periods to adjust to the more unfamiliar and, perhaps, difficult WTO provisions.

Protect the environment - The WTO's agreements permit members to take measures to protect not only the environment but also public health, animal health and plant health [...](WTO, ?,)

Experiências passadas nesta organização provaram que, sem a participação efetiva dos países de terceiro mundo, além do atendimento de suas preocupações e interesses, os países desenvolvidos não conseguiriam impor padrões comerciais mundiais, visto que não poderiam perpassar os direitos de outro Estado soberano, e ao mesmo tempo manter a legitimidade de suas instituições.

Michalopoulos (1999) argumenta que, sem a participação efetiva dos países subdesenvolvidos na Rodada Uruguai, o GATT não conseguiria estender as proposições de seu tratado para a OMC, a maior organização mundial relacionada ao comércio internacional, fosse formada

Beginning with the Uruguay Round, developing countries' attitude towards participation in the GATT and, subsequently, in the WTO changed significantly: Many developing countries played a very active role in the Uruguay Round negotiations; and a large number decided to become members of WTO. (MICHALOPOULOS, 1999, p. 117)

Não só a formação da OMC se tornou possível pela participação dos países de terceiro mundo, mas os efeitos positivos gerados pela instituição das premissas da OMC foram de fato importantes para o desenvolvimento do mercado coletivo mundial. Ao passo que países desenvolvidos obtiveram novas oportunidades em mercados emergentes, países subdesenvolvidos foram instigados a melhorar suas estruturas comerciais de maneira inédita, houve redução mútua de protecionismos e promoção de desenvolvimento econômico e social.

This attitude change reflects a number of complex and inter-related developments: developing countries, in general, have become more effectively integrated in the international trading system, and several have become major exporters of manufactures. Trade policies in many countries have been liberalised, favoring an outward orientation and lower protection. (MICHALOPOULOS, 1999, p. 117)

Um dos efeitos mais impactantes da OMC foi a contribuição que ela teve para a mudança do paradigma econômico da China, que já era uma economia pujante, mas que, interessada em expandir seu mercado externo e se integrar comercialmente com outros países, visando seu próprio desenvolvimento doméstico, alterou diversas de suas normas de comércio internas para poder participar da OMC. O caso da China serve como exemplo empírico da importância destas instituições internacionais, e como elas podem alterar o padrão normativo dos Estados, servindo como catalisador para que estes percebam interesses em comum, mesmo nos casos onde o elemento cultural, por si só, pudesse ser uma barreira para negociações.

The lowering of tariffs and the permission of foreign manufacturing and financial firms to enter the Chinese market more freely under the terms of WTO membership would force the state enterprises, the banking system and the institutions for foreign trade and investment to improve. (CHOW, 2004, p. 144)

Percebem-se inegáveis mudanças nas estruturas internas de um país tendo por referência padrões internacionalmente estabelecidos.

3.3 A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL

Para entender como um efeito causado nas economias domésticas se relaciona com as relações internacionais, é preciso delimitar quais teorias e escolas abrangem os tópicos relevantes ao desenvolvimento deste trabalho. A PEI é uma subdisciplina das ciências sociais, utilizada frequentemente para entender o transbordamento entre os campos da economia e da política, como este transbordamento se apresenta tanto na esfera doméstica quanto nas relações entre diferentes países, e será utilizada neste trabalho como referência ideológica para tentar explicar a causalidade simultânea que existe entre os fatores econômicos, políticos e sociais retratados já retratado acima. Além de prover referências teóricas de como estes estudos são realizados neste campo serão destacadas no contexto da PEI as principais dificuldades encontradas nos modelos que tentam abranger de maneira eficiente a complexidade inerente à integração do universo causal que existe entre instituições internacionais e domésticas.

We take the field to include all work for which international economic factors are an important cause or consequence. This ranges from the domestic politics of trade and exchange rate policy, through the politics of World Trade Organization (WTO) dispute settlements, to the impact of international flows of goods or capital on national political systems. (FRIEDEN et al, 2001, p. 118)

Para cumprir estes objetivos, a PEI cria paralelos entre a análise de economias nacionais e a análise de interações estratégicas entre os países quando estes se relacionam em temas econômicos internacionais. Estes dados são acompanhados por análises detalhadas do papel das instituições internacionais nesta inter-relação. Para explicar como estas instituições exercem seu papel, a PEI divide sua funcionalidade em duas funções gerais

Institutions perform two general functions: aggregation and delegation. Some institutions aggregate interests in ways that affect the ability of groups to organize and the weight they will have in the political process. Other institutions delegate decision-making authority to particular actors, similarly changing the weight of various interests in the political process. (FRIEDEN e MARTIN, 2003, p. 132)

A dificuldade de integrar estas informações e formular novos modelos capazes de explicar a relação entre as camadas doméstica e internacional se encontra justamente na integração de informação simultânea sobre as relações causais entre estes dois modelos, ou seja, embora seja possível paralisar variáveis de uma destas esferas e derivar os resultados encontrados na outra, a retroatividade inerente à inter-relação das duas faz com que seja extremamente complexo analisá-las simultaneamente, considerando que mudanças aplicadas à uma se refletirão na outra, e por conseguinte retornarão à primeira. Portanto a PEI percebe a dificuldade de se criar modelos de equilíbrio que compreendem todo o sistema, em que exista uma relação de *feedback* simultâneo entre as duas esferas.

Our ultimate goal is a simultaneous understanding of this mutual causation, recognizing feedback effects at both levels - a general equilibrium model, rather than a partial equilibrium one in which one level is held fixed while the other varies. (FRIEDEN e MARTIN, 2001, p. 120)

Por onde então começar a análise da relação entre estes dois universos, essencialmente distintos, porém interligados pela existência de instituições e modelos

socioeconômicos, muitas vezes com o mesmo único objetivo: desenvolvimento. Frieden et al (2001) argumentam que existem diferentes abordagens, especialmente relacionadas às prioridades dos fazedores de política domésticos e internacionais.

One approach to domestic-international interaction looks directly at how the international economy affects domestic interests, institutions, and information in ways that then feedback to national policies. (FRIEDEN et al, 2001, p. 121)

Segundo os autores, oportunidades de negócios ou ampliações feitas no mercado internacional podem afetar os interesses das firmas nacionais, levando-as a alterar sua postura de negócios. Novas oportunidades de exportação podem, por exemplo, fazer com que firmas previamente protecionistas adotem uma postura liberal, e que portanto, passem a exigir da política nacional novas políticas econômicas adaptadas aos novos interesses, alterando assim o paradigma da economia nacional; a prospecção de acesso a novos mercados financeiros pode também levar firmas e setores a promover e incentivar o crescimento de mercados nacionais ou políticas monetárias que não seriam interessantes previamente.

Again, all these involve a common causal mechanism: change in the economic environment affects the policy preferences and behavior of domestic groups, and thus has an impact on national policymaking and foreign economic policies. (FRIEDEN e MARTIN, 2001, p. 121)

Frieden et al (2001) também argumentam que a economia internacional pode afetar também as instituições domésticas, assim como as internacionais, tornando políticas previamente viáveis mais difíceis de se manter, e vice-versa. Os autores utilizam como exemplo o controle de capital nacional nos EUA, sob a premissa que é relativamente simples de se manter uma política de capital nacional quando os mercados de capital mundial estão estáveis (dormentes), que foi o que ocorreu com a economia americana até o final da década de 70. No entanto, a explosão de atividade financeira dos anos 80 e 90 fez com que se tornasse extremamente complicado para governos nacionais manter o controle de investimentos externos por conta própria.

All these arguments share a common causal approach connecting the international and domestic levels: globalization, understood as developments in international economic integration, alters the choices available to national governments; this in turn affects national policy (and, one could continue, international outcomes). (FRIEDEN et al, 2001, p. 122)

Portanto mudanças no ambiente econômico internacional podem causar diversos efeitos em economias nacionais. Frieden et al (2001) destacam que em última instância, estas mudanças afetam as políticas nacionais por via de efeitos diretos na economia política doméstica, ao constranger instituições domésticas, alterar informações domésticas ou ao mudar políticas preferenciais e o comportamento de atores domésticos.

Outro modo de enxergar a raiz do conflito doméstico-internacional é através do modelo de Putnam (1988) do jogo de dois níveis, pelo qual os Estados, em conferência de criação de tratados internacionais, levarão em consideração os interesses de seus grupos domésticos e criarão os chamados *win-sets*, que são conjuntos de cenários que eles consideram aceitáveis em relação aos termos discutidos que serão

impostos pelo tratado internacional. Quando houver sobreposição dos *win-sets* dos Estados presentes na negociação, ou seja, quando houver um consenso de que o tratado satisfará os interesses domésticos dos Estados presentes, só então será criado o tratado internacional.

The politics of many international negotiations can be usefully conceived as a two-level game. At the national level, domestic groups pursue their interests by pressuring the government to adopt favorable policies, and politicians seek power by constructing coalitions among those groups. At the international level, national governments seek to maximize their own ability to satisfy domestic pressures, while minimizing the adverse consequences of foreign developments. Neither of the two games can be ignored by central decision-makers, so long as their countries remain interdependent, yet sovereign. (PUTNAM, 1988, p. 434)

Portanto, através destas teorias, apresentadas no âmbito ideológico da PEI, é possível perceber que independente de qual estrato (nacional ou internacional) os cientistas, ou criadores de política possam dar prioridade ao analisar os possíveis efeitos da relação entre Estados, ambos os níveis são afetados simultaneamente, de maneira causal, quando existe interação econômica ou política entre diferentes países, porque elas estão interligadas, de maneira que os representantes dos Estados não conseguem ignorar completamente uma ou outra. Enquanto forem soberanos, não irão deliberadamente atacar ou prejudicar seu nível doméstico e enquanto forem interdependentes, terão interesse de contribuir para seus aliados, mesmo que estejam, em última instância, pensando nos benefícios auferidos à sua esfera doméstica.

A PEI é então, a última fronteira para o entendimento da conexão entre os mercados domésticos que são, em essência, o reflexo das vontades dos indivíduos de um país para com o Sistema Internacional. Se a vontade dos indivíduos é o que cria as instituições que regulam suas vidas, e se estas instituições são capazes de se relacionar com instituições de outros países, e mais ainda, instituições específicas do próprio SI, isto significa que, ainda que intimamente, as ações humanas são capazes de afetar até mesmo as estruturas mais complexas criadas pelo homem para tentar entender e manusear o mundo em que vivem. Um olhar superficial sobre o sistema pode fazer com que este pareça estar tão bem estruturado e complexo, que algo como o elemento individual possa parecer sem importância, porém, como foi discutido inúmeras vezes ao longo deste trabalho, é a vontade que sai de cada indivíduo - na forma de ação - integrada à de outros, a única coisa capaz de criar, modificar, ou até mesmo destruir as instituições tão complexas que formam o universo estrutural criado pelo homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante tudo que foi lido a respeito do desenvolvimento fica a noção de que as instituições são a representação (formal ou informal) do comportamento dos indivíduos que servem como instrumentos do desenvolvimento humano. A criação, os objetivos e até mesmo as imperfeições das instituições são resultado do universo humano dentro de suas sociedades. São os indivíduos, não só como habitante (número de pessoas) mas também seus valores, crenças e cultura que contribuirão na opção de um Estado adotar ou não um novo modelo econômico que vise produzir desenvolvimento.

Portanto, seja através de teorias econômicas, das ciências sociais ou de relações internacionais, o estudo do universo humano deve ser sempre complexo. Isolar variáveis para estudá-las separadamente não é por si só um erro, mas não se deve perder de vista que, para aplicar estas variáveis ao elemento humano, é preciso novamente agregar toda sua complexidade. Caso contrário, seja qual for a ideia, plano ou modelo, estes deixarão sempre algo importante de lado, que é justamente sua aplicabilidade, universo este onde o envolvimento das pessoas de fato importa, seja na construção ou interpretação da estrutura.

Tentou-se nesse artigo dar atenção especial para aqueles modelos que tentam agregar esta inerente complexidade do ser humano. As Teorias de Relações Internacionais têm um papel de extrema importância aqui, pois são elas, no mundo contemporâneo, o caminho para a interpretação do choque de diferentes culturas, especialmente se tratando de identidades nacionais.

O Estudo das instituições, sendo o reflexo do comportamento humano, deveria ser aplicado a todas as ciências sociais que desejam estudar este comportamento. Espero ter convencido o leitor que, por mais que existam ciências que se afirmem prontas e fechadas, a capacidade e o universo do ser humano não o são. Dessa forma também não estarão prontas a capacidade de produtores de política, administradores, empresários ou quaisquer outras profissões. Quando produzimos, em última instância, é para os seres humanos e seu desenvolvimento que estamos atuando, mesmo quando possa parecer que produzimos para apenas nós mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, William Mark et al. **Green Development: environment and sustainability in the Third World**. Routledge, 2003.
- ARROW, Kenneth J. **Alternative Approaches to the Theory of Choice in Risk-Taking Situations**. New York: Econometric Society, 1951, pp.404-437.
- BEARDSLEE, William; ABER, John Lawrence; YOSHIKAWA, Hirokazu. The Effects of Poverty on the Mental, Emotional, and Behavioral Health of Children and Youth Implications for Prevention. **American Psychologist**. v. 67, n. 4, Maio de 2012. pp. 272-284)
- BEHNKE, Andreas. Post modernising Security. **ECPR Joint Sessions, Mannheim**, pp. 26-31, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. 2006. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2017.
- CAMPBELL, Brian et al. Realism versus Constructivism: Which is a More Appropriate Theory for Addressing the Nature of Science in Science Education?. **Electronic Journal of Science Education**, v. 3, n. 1, 1998.
- CHOW, Gregory C. et al. Economic reform and growth in China. **ANNALS OF ECONOMICS AND FINANCE**, v. 5, pp. 127-152, 2004.
- COASE, Ronald. O problema do custo social. **The Latin American and Caribbean journal of legal studies**, v. 3, n. 1, p. 9, 2009.
- _____. The nature of the firm. **economica**, v. 4, n. 16, pp. 386-405, 1937.
- COPELAND, Dale C. The constructivist challenge to structural realism. **Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics**, v. 23, p. 1, 2006.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FRIEDEN, Jeffry et al. International Political Economy: The state of the sub-discipline. **Manuscript, Harvard University, Cambridge, MA, Department of Government**, 2001.
- HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst. On the psychology of poverty. **Science**. Especial Edition. The Science of Inequality. v. 344. Issue 6186. 23 de Maio de 2014, pp. 862-867
- HODGSON, Geoffrey M.. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, Edição 27, 2003, pp.159-175. Disponível em <<<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/hiddenpersuaders.pdf>>>, Acesso em 21 de Março de 2017.
- KHAGRAM, Sanjeev et al. 2003. "From the Environment and Human Security to Sustainable Security and Development." **Journal of Human Development** 4(2), pp. 289-313.
- KNIGHT, Frank Hyneman. **Risco, incerteza e lucro**. Expressão e Cultura, 1972.

LUCAS, Robert. **Tobin and Monetarism: A Review Article**. Chicago: Journal of Economic Literature, 1981, pp.558-567.

MAZZUOLI, Valerio de O. Introdução ao Direito Internacional Público: Seção II - Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público. In: MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, pp.67-1070.

MIRANDA, Jorge. **Curso de Direito Internacional Público**. 5ª ed. rev. e atual. Cascais: Princípiã, 2012, p.32.

NORTH, Douglass C. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International organization**, v. 42, n. 3, pp. 427-460, 1988.

SLAUGHTER, Anne-Marie. International relations, principal theories. **Max Planck encyclopedia of public international Law**, v. 129, 2011.

WEBER, Max. **The Protestant ethic and the spirit of capitalism**. Charles Scribner's Sons, 1958.

WENDT, Alexander. Constructing international politics. **International security**, v. 20, n. 1, pp. 71-81, 1995.

WILKINSON, Will. **Cato Journal: Book Reviews**, vol. 25, nº. 1. Disponível em: <<http://object.cato.org/sites/cato.org/files/serials/files/cato-journal/2005/1/cj25n1-19.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2017.

WTO. Understanding the WTO. Disponível em < https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/what_stand_for_e.htm>. Acesso em 13 de Abril de 2017.

YOUNG, Oran R. **Compliance & Public Authority: A Theory with International Applications**. Routledge, 2013.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and identity: a dangerous liaison. **European Journal of International Relations**, v. 7, n. 3, pp. 315-348, 2001.

RECEBIDO EM: 22/11/2017 APROVADO EM: 15/02/2017
--